

EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS CONTÁBEIS NA GERAÇÃO DE RIQUEZA E QUALIDADE DE VIDA

EFFICIENCY OF ACCOUNTING SERVICES IN GENERATING WEALTH AND QUALITY OF LIFE

Cleonice Witt¹
Nelson Hein²
Adriana Kroenke³

RESUMO

Este estudo avaliou a eficiência dos serviços contábeis na geração de riqueza e qualidade de vida nos Estados brasileiros. Para a análise foram consideradas as variáveis: número de contadores, valores do PIB indústria, serviços, agropecuária e impostos, índices do IDH longevidade e educação - dos Estados brasileiros. Essas proxies foram utilizadas com o intuito de verificar em quais Estados os serviços contábeis são mais eficientes em impulsionar a economia e contribuir para uma melhor qualidade de vida, representada pela longevidade e pela educação. Para realizar essa avaliação aplicou-se o método *Multi-Objective Optimization by Ratio Analysis* (MOORA). Por meio da aplicação desse método elaborou-se um *ranking* de eficiência que apresentou o Estado de São Paulo em primeiro lugar e o Estado do Acre em último lugar. Os resultados também evidenciaram que o maior número de contadores reside nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná Bahia e Santa Catarina. Essa disparidade na distribuição do número de contadores e nos valores dos itens do PIB não ficou tão fortemente evidenciada nos elementos do IDH, pois estes índices ficaram acima da média nacional em aproximadamente a metade dos 27 membros da federação. Esse estudo contribui para a valorização dos serviços contábeis demonstrando que eles podem interferir também na geração de riqueza dos Estados e indiretamente contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Palavras-chave: Profissão contábil. Produto Interno Bruto. Índice de Desenvolvimento Humano. *Multi-Objective Optimization by Ratio Analysis*.

¹Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração na FURB. Professora da Universidade do Contestado (UnC) Campus Mafra. Santa Catarina. Brasil. E-mail: cleonicewitt7@gmail.com

²Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da FURB. Santa Catarina. Brasil. E-mail: hein@furb.br

³Doutora em Métodos Numéricos e Engenharia (UFPR). Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis e Administração da FURB. Santa Catarina. Brasil. E-mail: akroenke@furb.br

ABSTRACT

This study assessed the efficiency of accounting services in generating wealth and quality of life in Brazilian states. For the analysis, the following variables were considered: number of counters, values of GDP industry, services, agriculture and cattle raising and taxes, indexes of HDI longevity and education - of the Brazilian states. These proxies were used in order to verify in which states accounting services are more efficient to boost the economy and contribute to a better quality of life, represented by longevity and education. The Multi-Objective Optimization by Ratio Analysis (MOORA) method was used to perform this evaluation. Through the application of this method, an efficiency ranking was elaborated which presented the State of São Paulo in first place and the State of Acre in last place. The results also showed that the largest number of meters reside in the States of São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná Bahia and Santa Catarina. This disparity in the distribution of the number of meters and in the values of the GNP items was not so strongly evidenced in the HDI elements, since these indexes were above the national average in approximately half of the 27 members of the federation. This study contributes to the valuation of accounting services showing that they can also interfere in the generation of wealth of states and indirectly contribute to improving the quality of life of people.

Keywords: Accounting profession. Gross Domestic Product. Human Development Index. *Multi-Objective Optimization by Ratio Analysis*.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da economia de um país ocorre através da produção e do consumo de bens em seu território. A riqueza das nações é derivada das atividades de suas pessoas jurídicas, sendo medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), que representa a principal estatística resumida da atividade econômica (KONCHITCHKI; PATATOUKAS, 2014) e a variável mais importante nas análises de crescimento econômico (HENDERSON; STOREYGARD; WEIL, 2012). O PIB é um indicador utilizado em diversas pesquisas como Cassano *et al* (2017); Barros e Castro (2017); Gilio *et al* (2016); Rossi e Dweck (2016); entre outros que destacam o PIB como uma das principais formas de mensurar a economia de determinados territórios.

As atividades econômicas das empresas determinam o resultado econômico do país, do estado ou do município, pois o crescimento dos lucros contábeis é um importante indicador do crescimento do PIB (KONCHITCHKI; PATATOUKAS, 2014). Essas atividades são registradas pela contabilidade e apresentadas sob a forma de relatórios que constituem a principal fonte de informação dos usuários externos

(COELHO; LINS, 2010), reforçando assim, que fornece informações úteis para os investidores na tomada de decisões de investimento é o objetivo dos relatórios contábeis (BARTH et al, 2012).

A informação fornecida pela contabilidade tem impacto sobre os aspectos econômicos, políticos e sociais, pois uma contabilidade estruturada se traduz na utilização eficiente dos recursos que uma entidade possui (COMAN et al, 2011). Percebe-se que a contabilidade desempenha um papel importante na economia, pois contribui oferecendo melhor informação para a tomada de decisões e está ligada a melhoria dos padrões de vida, de saúde, do bem-estar e a prosperidade das nações e seus cidadãos (INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2015).

O padrão de vida, de saúde e bem-estar dos cidadãos de um território pode ser mensurado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que é uma combinação de três componentes básicos do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005). No Brasil o levantamento do IDH está a cargo do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), que traça o Atlas do Desenvolvimento Humano no país, indica a necessidade urgente de oferecer melhores condições de vida para as comunidades mais pobres nas diversas regiões do país (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005). Nesse sentido, a contabilidade pode contribuir para a melhoria na qualidade de vida das pessoas, pois o estudo da *International Federation of Accountants* (IFAC) de 2015 concluiu que existe uma forte ligação entre uma profissão contábil robusta e a prosperidade econômica e melhoria dos padrões de vida.

Esses resultados comprovam a importância da profissão contábil para a economia e qualidade de vida, porém não foram localizados estudos que tenham pesquisado os países da América do Sul, mais precisamente o Brasil. Diante deste contexto, emerge a seguinte questão de pesquisa: Qual a eficiência dos contadores na geração de riqueza e qualidade de vida nos Estados brasileiros? Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa consiste em avaliar a eficiência dos serviços contábeis na geração de riqueza e qualidade de vida nos Estados brasileiros. Esta pesquisa se justifica na valorização da profissão, pois mostra que os contadores contribuem para a economia e qualidade de vida das pessoas. Destaca-se também sua relevância para a área porque evidencia que a contabilidade é fundamental e estratégica para

fomentar o desenvolvimento dos Estados, além de estar alinhada aos estudos da IFAC que é a organização global que representa a profissão contábil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar o estudo, são apresentados neste tópico os principais assuntos que nortearam a pesquisa, ou seja, trata-se da profissão contábil e posteriormente sobre a economia e o índice de desenvolvimento humano dos estados.

2.1 PROFISSÃO CONTÁBIL

A história da profissão contábil revela que os primeiros contadores da Escócia eram associados a pequena nobreza, sendo uma das partes mais respeitáveis da burguesia (WEST, 2003), e a sua formação em classe profissional iniciou com o *Institute of Chartered Accountants of Scotland* - que no Brasil equivale ao Conselho Federal de Contabilidade – sendo considerado a associação de classe mais antiga do mundo, datada de 1853 (ANNISETTE; O'REGAN, 2007). No Canadá, no início da organização profissional, os contadores eram provenientes da Grã-Bretanha e da Irlanda, ocorrendo o desenvolvimento da profissão em torno dos principais portos comerciais (EDWARDS; WALKER, 2008).

No Brasil a contabilidade se desenvolveu inspirada nos países europeus e também nas práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos, entretanto, fortemente influenciada pela legislação fiscal e pelas normas emanadas do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários, da Agência de Supervisão de Seguros, dentre outras. A história contemporânea da contabilidade brasileira iniciou na década de setenta com as reformas do sistema financeiro e o crescimento do mercado de ações (NIYAMA; SILVA, 2005). Essas reformas trouxeram a separação das normas tributárias, das normas contábeis e atualmente, culminaram na convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais (RODRIGUES; SCHMIDT; SANTOS, 2012).

Em decorrência de padrões internacionais de contabilidade, da globalização dos negócios e dos avanços tecnológicos a profissão contábil tem passado por constantes mudanças nas rotinas de trabalho. Desta forma os contadores necessitam

se ajustar ao novo tempo para ter sucesso e atender às novas demandas das empresas, pois a atividade contábil ficou mais complexa, exigente e mutante (ASONITOU, 2015). Esse novo cenário criou oportunidades para os contadores desenvolverem habilidades além do conhecimento técnico (HOLTZMANN, 2004), sendo requeridas competências como facilidade de comunicação oral e escrita (SIRIWARDANE; LOW; BLIETZ, 2015), capacidade de trabalhar em equipe, conhecimento do negócio e relacionamento interpessoal (AHADIAT; MARTIN, 2016), atitude positiva, opinião própria, conhecimento em tecnologia da informação, liderança e flexibilidade (TAN; LASWAD, 2018).

Desse modo, além de incorporar novas competências estratégicas o contador precisou se aperfeiçoar para atender as necessidades da empresa (FARIA; QUEIROZ, 2009), sendo que no estudo de Doran e Brown (2001), os autores já chamavam a atenção dos profissionais contábeis sobre a necessidade de atualização constante para enfrentar as mudanças no mundo dos negócios.

A exigência de novas competências dos contadores tem origem nas novas necessidades das empresas, sendo que essas necessidades são causadas pela economia através do estímulo ao comércio internacional. Desta forma depreende-se que a contabilidade como profissão desempenha um papel importante na economia (IBADIN; OYAKHIROMHE, 2010).

A profissão contábil tem suscitado vários estudos como o que levantou o desenvolvimento da profissão na Nigéria realizado por Ibadin e Oyakhromhe (2010) e o de Carnegie e Napier (2010) que retratou a profissão após o escândalo da Enron. Levando em conta o sistema de poder e cultura singular da China, o trabalho de Yee (2012) revelou a influência ideológica do Estado no desenvolvimento da profissão e Çuruk e Cooke (2005) levantaram que na Turquia além dos fatores econômicos, sociais e políticos, fatores externos também influenciaram o desenvolvimento da contabilidade.

2.2 A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

A relação da contabilidade com a economia é evidenciada por meio da utilização dos relatórios financeiros e de auditoria para a tomada de decisões de

investimentos, pois esses relatórios são considerados componentes dos arranjos institucionais que norteiam a economia mundial (ARNOLD, 2012). O próprio desenvolvimento da contabilidade no Brasil está relacionado com o desenvolvimento econômico do país, pois a evolução da contabilidade brasileira iniciou nos anos setenta, período em que ocorreram altas taxas de crescimento do PIB (NIYAMA; SILVA, 2005).

Boyer (2007) menciona que a contabilidade de custos enriqueceu o regime fordista de acumulação, caracterizado na era pós Segunda Guerra Mundial, enquanto o reconhecimento contábil do *fair value* integra a política econômica do século XXI. A importância da contabilidade para a economia foi identificada em um estudo da *United Nations Conference on Trade and Development* sobre as práticas contábeis na Ásia Oriental, o qual concluiu que uma das causas da crise foram relatórios financeiros não transparentes e a falta de conformidade com os padrões internacionais de contabilidade (ARNOLD, 2012), denotando-se assim a influência da contabilidade no desenvolvimento dos países.

Um dos indicadores macroeconômicos mais utilizados para mensurar a riqueza de determinados territórios é o PIB que representa a soma de todos os serviços e bens produzidos em determinada região num determinado período de tempo (OLIVEIRA; SILVA; MORAES, 2008) e demonstra o grau de desenvolvimento dessa região classificando-a em pobre, rica ou em desenvolvimento. Um desdobramento do PIB é o PIB *per capita* que corresponde ao valor absoluto do PIB de uma região dividido pelo número de seus habitantes. Na literatura, que versa sobre desenvolvimento dos países, o PIB *per capita* era utilizado para medir o desenvolvimento humano da nação. Porém, a utilização apenas do PIB como elemento determinante do desenvolvimento humano é criticada desde 1950, pois os indicadores econômicos não traduzem plenamente a multidimensionalidade do desenvolvimento humano (DESPOTIS, 2005).

A noção de qualidade de vida é inerentemente multidimensional e está consolidada na literatura, sendo traduzida principalmente pelo cálculo do IDH que é calculado com base em indicadores de renda, saúde e educação (DECANCO, 2008), (DUARTE *et al*, 2015), (SOARES NETO; MACHADO; ALVES, 2016) e foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), podendo esse índice ser utilizado para

comparar o grau de desenvolvimento de um país, região ou entre cidades (OLIVEIRA; RECH; CUNHA, 2015).

Dentre outros aspectos a relação da contabilidade com o desenvolvimento econômico de uma região e com a sua qualidade de vida pode ser evidenciada através da atuação do profissional contábil nas empresas, visto que o objetivo das empresas é gerar riquezas e quando essa riqueza é distribuída, melhora a condição de vida das pessoas, sendo essa condição capturada pelo PIB e pelo IDH (OLIVEIRA; RECH; CUNHA, 2015). Desta forma, a relação da contabilidade com o PIB e IDH das nações foi investigada no estudo da IFAC (2015) concluindo que: regiões com maior participação de contadores no emprego total tem um PIB *per capita* maior e há uma forte correlação entre a participação de contadores no emprego total e o IDH.

Conforme apresentado, a contabilidade tem influenciado a economia dos países e a situação econômica do ambiente reflete na qualidade de vida das pessoas, assim, indiretamente a contabilidade afeta também o IDH. O estudo da IFAC constatou a relação entre o número de profissionais com o PIB e o IDH. Partindo dessa constatação, o presente estudo já parte do pressuposto que existe essa relação e avalia a eficiência nessa relação, ou seja, classifica os Estados brasileiros nos quais o número de contadores é mais eficiente em gerar riqueza e qualidade de vida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação apresenta-se com o objetivo de avaliar a eficiência dos contadores na geração de riqueza e qualidade de vida nos Estados brasileiros, classificando-se esta pesquisa como descritiva, documental e quantitativa. Os dados anuais utilizados foram coletados do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo que a data base para apuração do número de contadores foi 31/12/16, o valor do PIB é de 2016 e o IDH refere-se ao ano de 2010. Esclarece-se que foi utilizado o número de contadores de 2016 porque os valores que estavam disponíveis do PIB eram de 2016, assim as duas variáveis ficaram no mesmo lapso temporal, porém o IDH mais recente é o de 2010 ficando assim essa variável com dados de um período diferente. Para captar melhor o reflexo do PIB, foram considerados os seus componentes separadamente, ou seja, cada fator é uma *proxy* singular. Por conseguinte, o tema PIB foi composto por 4

proxies: PIB indústria, PIB serviços, PIB agropecuária e PIB impostos. Isso fez com que cada Estado fosse beneficiado pela sua vocação econômica, devido aos ramos de atividade mais explorados pelas empresas que estão estabelecidas em seu território. Na *proxy* IDH, também foram considerados os seus componentes separadamente, ou seja, cada item representa uma *proxy* independente das demais. Assim sendo foi retirado o item “renda” que compõe o IDH para evitar a colinearidade entre as *proxies*, visto que o PIB, por natureza, já mede a renda. Portanto o IDH ficou com dois componentes: IDH longevidade e IDH educação que foram considerados separadamente para considerar o impacto de cada um Estados.

A população desta pesquisa é formada por profissionais contábeis registrados no conselho que representa a classe na categoria contador e contou com 348.393 profissionais registrados no país. Os dados coletados foram tabulados em planilhas eletrônicas com o intuito de realizar os cálculos e apresentar a estatística descritiva das variáveis utilizando-se do software *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM SPSS Statistics v.21®). Para avaliar a eficiência dos serviços contábeis, os Estados foram classificados em *ranking* que apresenta o Estado mais eficiente em primeiro lugar, até o menos eficiente com base nas seguintes variáveis: número de contadores em cada Estado, valores do PIB indústria, PIB serviços, PIB agropecuária e PIB impostos e medidas do IDH longevidade e IDH educação.

Para a elaboração do *ranking* utilizou-se o método *Multi-Objective Optimization by Ratio Analysis* (MOORA) que segundo Brauners e Zavadskas (2006) inicia com uma matriz de respostas de diferentes objetivos representados por (X_{ij}) onde X_{ij} representa a resposta j para a alternativa do objetivo i , onde $i=1,2,\dots,n$ são os objetivos e $j= 1,2,\dots, n$ são as alternativas para o modelo. Os autores complementam que o modelo é elaborado conforme apresentado abaixo:

$$N^{Xij} = \frac{X_{ij}}{\sqrt{\sum_{j=1}^m X_{ij}^2}}$$

Para otimização do modelo, as respostas foram adicionadas com o objetivo de maximização, ou seja, quanto maior melhor, utilizando-se:

$$NYj = \sum_{i=1}^{i=g} N^{Xij}$$

Onde:

$i = 1, 2, \dots, g$ para os objetivos de maximização, $i = g+1, g+2, \dots, n$

NY_j representa a avaliação normalizada da alternativa j que respondam todos os objetivos. Nessa fórmula todas as alternativas apresentam-se em um intervalo entre 0 e 1, onde no final do processo, um *ranking* ordinal de NY_j apresenta a performance final.

Para validação do método, Brauners (2013), aplicou a ferramenta MOORA em seis problemas de tomada de decisão nos quais já haviam sido aplicados outros métodos e os resultados encontrados corroboram com as respostas encontradas por Brauners e Zavadskas (2006), comprovando assim, sua flexibilidade, aplicabilidade e potencialidade.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este estudo busca avaliar a eficiência dos serviços contábeis na geração de riqueza e qualidade de vida nos Estados brasileiros, baseando-se na quantidade de profissionais, nos componentes do PIB - PIB indústria, PIB serviços, PIB agropecuária e PIB impostos – e em dois elementos do IDH - longevidade e educação. Primeiramente os dados foram reunidos na Tabela 1 que mostra o cenário do país em termos de número de profissionais, PIB indústria, PIB serviços, PIB agropecuária, PIB impostos PIB, IDH longevidade e IDH educação por Estado.

Tabela 1 – Número de contadores, PIB indústria, PIB serviços, PIB agropecuária, PIB impostos PIB, IDH longevidade e IDH educação

Estados	Nº de Cont.	PIB indústria	PIB serviços	PIB agropecuária	PIB impostos	IDH longev.	IDH educ.
São Paulo	91443	369.476.373	1.153.330.170	35.827.657	313.449.932	0,845	0,719
Rio de Janeiro	35771	98.798.161	321.677.730	3.077.081	98.268.586	0,835	0,675
Minas Gerais	32722	118.431.800	242.718.548	33.215.807	66.337.726	0,838	0,638
Rio Grande do Sul	24891	81.763.596	187.247.789	36.269.541	52.764.580	0,84	0,642
Paraná	24833	90.310.036	177.295.276	34.670.442	50.484.608	0,83	0,642
Bahia	15468	54.109.027	111.129.518	16.533.810	30.409.628	0,783	0,555
Santa Catarina	16563	59.126.499	112.348.758	15.004.686	38.841.575	0,86	0,697
Distrito Federal	10342	9.662.357	103.859.866	820.755	29.145.619	0,873	0,742
Goiás	9132	37.192.410	79.562.124	19.727.711	19.652.309	0,827	0,646
Pernambuco	8937	28.374.770	74.808.731	6.190.758	23.319.651	0,789	0,574
Ceará	8913	23.383.228	64.274.033	5.720.372	16.622.317	0,793	0,615
Pará	9121	31.529.492	47.962.380	17.167.980	13.279.185	0,789	0,528
Mato Grosso	8421	18.327.663	49.629.725	25.083.184	11.965.236	0,821	0,635
Espírito Santo	7851	22.591.140	48.999.881	4.268.658	17.036.187	0,835	0,653
Mato Grosso do Sul	4901	18.678.151	32.792.433	15.920.945	9.225.096	0,833	0,629
Amazonas	5027	26.348.686	28.476.563	5.879.993	13.131.293	0,805	0,561
Maranhão	4930	13.175.421	36.126.351	6.048.060	9.401.671	0,757	0,562
Rio Grande do Norte	5236	10.096.238	25.368.841	1.866.108	6.544.361	0,792	0,597
Paraíba	4440	8.221.271	24.893.730	2.170.748	6.266.591	0,783	0,555
Alagoas	2758	5.541.013	20.560.758	6.752.098	4.714.083	0,755	0,52
Piauí	4535	4.694.163	17.798.890	1.868.312	4.427.868	0,777	0,547
Rondônia	3602	6.572.651	14.004.784	4.914.567	4.075.523	0,8	0,577
Sergipe	2412	6.974.077	16.188.209	1.725.190	4.125.538	0,781	0,56
Tocantins	2964	3.805.825	12.072.218	3.619.437	3.053.354	0,793	0,624
Amapá	1108	1.587.886	5.370.411	289.487	873.511	0,813	0,629
Acre	966	1.075.591	5.087.577	1.457.714	1.254.239	0,777	0,559
Roraima	1106	872.475	3.740.705	563.899	835.734	0,809	0,628
Total	348393						

Fonte: Dados da pesquisa.

De posse dos dados, procedeu-se com a análise estatística descritiva, apresentado-se os resultados na tabela 2.

Tabela 2 – Resultados da estatística descritiva

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
NCONT	966	91443	12903,444	18304,837
PIBIND	872.475	369.476.373	42619259,259	73049165,215
PIBSERV	3.740.705	1.153.330.170	111752814,778	222460701,387
PIBAGRO	289.487	36.269.541	11357592,593	12021194,179
PIBIMP	835.734	313.449.932	31463185,222	60931132,898
IDHLONG	0,755	0,873	0,809	0,030
IDHEDUC	0,520	0,742	0,611	0,058

Fonte: Dados da pesquisa

A estatística descritiva evidencia a grande variabilidade no número de contadores, valores do PIB indústria, serviço, agropecuária e impostos entre os Estados, porém, em termos de IDH longevidade e IDH educação, não há uma diferença absoluta expressiva. Esses resultados corroboram os achados de Marinho, Soares e Benegas (2004) que sugerem que a medida de qualidade de vida considerada não é proporcional ao nível de riqueza do Estado, ou seja, a riqueza não define o IDH. Esses autores destacam que a possível explicação para esse fato reside nas transferências de recursos da União e nos programas especiais de saúde e educação que podem promover um IDH proporcionalmente maior que a riqueza dos Estados, como no caso de Roraima que ocupa o 27º lugar em três dos 4 componentes do PIB considerados – PIB indústria, PIB serviços e PIB impostos e 13ª posição em relação ao IDH longevidade e IDH educação. O mesmo ocorre com o Estado do Acre que em termos de PIB indústria e PIB serviços está em 26º, PIB impostos em 25º, PIB agropecuária em 24º e em termos de IDH educação está em 22º e IDH longevidade em 24º lugar. O Estado do Amapá ocupa a 24ª posição referente a PIB agropecuária, 26ª posição no PIB impostos e 25ª no PIB indústria e 11ª referente ao IDH educação e 12ª ao IDH longevidade. Destaca-se também o Estado do Tocantins que no tocante ao PIB indústria e serviços está em 24º lugar, PIB agropecuária em 18º, IDH educação 14º e, por fim IDH longevidade 17º lugar. Enfatiza-se que essa situação também ocorre com outros Estados.

O cálculo da média revelou que o número médio de contadores no país é de 12.903, revelando assim que 20 Estados se apresentam abaixo da média e apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Santa Catarina estão acima da média. Estratificando o número de profissionais por região sudeste possui o maior número de profissionais contando com 167.787 contadores, seguida da região sul com 66.287, região nordeste com 57.629, centro-oeste com 32.796 e norte com 23.894.

O PIB indústria médio é de R\$ 42.619.259,25, atestando que apenas 7 Estados estão acima do valor médio denotando-se assim que poucos Estados têm vocação econômica industrial. Em relação ao PIB serviços também apenas 7 Estados estão acima do valor médio nacional enquanto o PIB agropecuário apresenta 9 Estados com valores superiores à média nacional.

O PIB impostos foi o que apresentou o menor número de Estados acima da média nacional, apenas 7, sendo eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná Bahia e Santa Catarina. Esse resultado demonstra que a maior arrecadação de impostos se encontra nesses Estados, que concentram aproximadamente 76,5% da arrecadação dos impostos contidos no cálculo do PIB.

Em relação ao IDH longevidade encontrou-se a média de 0,809 mostrando que 13 Estados estão acima da média e 14 estão abaixo, sendo que situação parecida foi encontrada em relação ao IDH educação, 15 Estados acima da média e 12 abaixo. Esses dois componentes do IDH demonstraram uma divisão mais proporcional do país, em relação ao ponto médio, do que os demais indicadores utilizados. Após a análise descritiva aplicou-se o método MOORA para obtenção do *ranking* dos Estados brasileiros. Na tabela 3 são apresentados os dados dos indicadores do MOORA.

Tabela 3 – Aplicação do método MOORA

ESTADOS	nº cont	PIB			IDH		SOMA	
		ind	serv	agrop	imp	long		educ
São Paulo	0,796	0,853	0,905	0,421	0,893	0,201	0,225	4,294
Rio de Janeiro	0,311	0,228	0,252	0,036	0,280	0,199	0,212	1,518
Minas Gerais	0,285	0,273	0,190	0,390	0,189	0,199	0,200	1,727
Rio Grande do Sul	0,217	0,189	0,147	0,426	0,150	0,200	0,201	1,530
Paraná	0,216	0,208	0,139	0,407	0,144	0,197	0,201	1,513
Bahia	0,135	0,125	0,087	0,194	0,087	0,186	0,174	0,988
Santa Catarina	0,144	0,136	0,088	0,176	0,111	0,205	0,218	1,079
Distrito Federal	0,090	0,022	0,082	0,010	0,083	0,208	0,233	0,727
Goiás	0,079	0,086	0,062	0,232	0,056	0,197	0,202	0,915
Pernambuco	0,078	0,065	0,059	0,073	0,066	0,188	0,180	0,709
Ceará	0,078	0,054	0,050	0,067	0,047	0,189	0,193	0,678
Pará	0,079	0,073	0,038	0,202	0,038	0,188	0,165	0,782
Mato Grosso	0,073	0,042	0,039	0,295	0,034	0,195	0,199	0,878
Espírito Santo	0,068	0,052	0,038	0,050	0,049	0,199	0,205	0,661
Mato Grosso do Sul	0,043	0,043	0,026	0,187	0,026	0,198	0,197	0,720
Amazonas	0,044	0,061	0,022	0,069	0,037	0,191	0,176	0,601
Maranhão	0,043	0,030	0,028	0,071	0,027	0,180	0,176	0,556
Rio Grande do Norte	0,046	0,023	0,020	0,022	0,019	0,188	0,187	0,505
Paraíba	0,039	0,019	0,020	0,026	0,018	0,186	0,174	0,481
Alagoas	0,024	0,013	0,016	0,079	0,013	0,180	0,163	0,488
Piauí	0,039	0,011	0,014	0,022	0,013	0,185	0,171	0,455
Rondônia	0,031	0,015	0,011	0,058	0,012	0,190	0,181	0,498
Sergipe	0,021	0,016	0,013	0,020	0,012	0,186	0,176	0,443
Tocantins	0,026	0,009	0,009	0,043	0,009	0,189	0,196	0,479
Amapá	0,010	0,004	0,004	0,003	0,002	0,193	0,197	0,414
Acre	0,008	0,002	0,004	0,017	0,004	0,185	0,175	0,396
Roraima	0,010	0,002	0,003	0,007	0,002	0,192	0,197	0,413

Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 3 apresenta os dados normalizados e maximizados, ou seja, os indicadores mais altos são considerados mais eficientes e os menores menos eficientes. Assim foi possível a elaboração de um ranking conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4 – *Ranking* dos Estados

ESTADO	CLASSIFICAÇÃO
São Paulo	1
Minas Gerais	2
Rio Grande do Sul	3
Rio de Janeiro	4
Paraná	5
Santa Catarina	6
Bahia	7
Goiás	8
Mato Grosso	9
Pará	10
Distrito Federal	11
Mato Grosso do Sul	12
Pernambuco	13
Ceará	14
Espírito Santo	15
Amazonas	16
Maranhão	17
Rio Grande do Norte	18
Rondônia	19
Alagoas	20
Paraíba	21
Tocantins	22
Piauí	23
Sergipe	24
Amapá	25
Roraima	26
Acre	27

Fonte: dados da pesquisa.

A tabela 4 apresenta o foco central da pesquisa, ou seja, a aplicação do método MOORA com o intuito de apresentar através de *ranking* os Estados onde os serviços

contábeis estão sendo mais eficientes na geração de riqueza e melhor qualidade de vida.

Em primeiro lugar se destacou São Paulo como sendo o Estado onde os serviços contábeis são mais eficientes na geração de riqueza e qualidade de vida. Na sequência se destacaram Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Pará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Ceará, Espírito Santo, Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rondônia, Alagoas, Paraíba, Tocantins, Piauí, Tocantins, Sergipe, Amapá, Roraima e Acre.

Destaca-se nas dez primeiras colocações a presença maciça dos Estados da região sudeste, sul e centro-oeste, sendo que a Bahia e o Pará são os únicos Estados que não pertencem para essas regiões e figuram entre os dez primeiros. Em 11º lugar sobressaem o Distrito Federal seguido do Mato Grosso do Sul representantes da região centro-oeste.

No intervalo compreendido entre a 12ª colocação e a 27ª encontram-se maciçamente os Estados da região norte e nordeste e nesse grupo os serviços contábeis dos Estados de Roraima e do Acre podem ser considerados os menos eficientes na geração de riqueza e qualidade de vida aos cidadãos desses locais.

Os resultados indicam que incentivar a formação de contadores nos Estados menos eficientes pode contribuir para aumento do PIB, assim como do IDH já que regiões com maior participação de contadores no emprego total tem um PIB *per capita* maior e há uma forte correlação entre a participação de contadores no emprego total e o IDH, conforme concluiu o estudo da IFAC, sendo que não foram encontrados outros estudos que exploraram esse tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo avaliou a eficiência dos serviços contábeis na geração de riqueza e qualidade de vida nos Estados brasileiros. Para a análise foram considerados o número de contadores, valores do PIB indústria, PIB serviços, PIB agropecuária e PIB impostos e medidas do IDH longevidade e IDH educação.

Componentes do PIB e do IDH com o intuito de verificar onde os serviços contábeis são mais eficientes em impulsionar a economia contribuindo para uma

melhor qualidade de vida, esta, representada pelo IDH longevidade e IDH educação. A avaliação da eficiência dos serviços contábeis na geração de riqueza e qualidade de vida mostrou que o estado mais eficiente é São Paulo e o menos eficiente é o Acre. Os resultados evidenciaram também que da 12^a até a 27^a colocação, ou seja, menos eficientes, predominam os Estados das regiões norte e nordeste.

O estudo atesta também que há uma grande variação no número de contadores e nos valores dos componentes do PIB entre os Estados avaliados, evidenciando uma concentração maior no sul e sudeste. No tocante ao IDH longevidade e IDH educação verificou-se que a variação em valores absolutos é pequena, porém a realidade mostra que essa pequena diferença representa muito principalmente em termos de expectativa de vida e educação, pois os Estados do norte e do nordeste apresentam as maiores taxas de analfabetismo e menor número de anos em expectativa de vida, em comparação com as outras regiões do país.

Também se constatou que o maior número de contadores reside em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná Bahia e Santa Catarina. Essa disparidade na distribuição do número de contadores e nos valores dos componentes do PIB não ficou tão fortemente evidenciada nos itens do IDH, pois estes índices apresentaram aproximadamente a metade dos Estados acima da média nacional. A possível explicação para essa realidade é o recebimento pelos Estados de transferências de recursos da União e também de programas específicos para essas áreas. Esses recursos transferidos para os Estados permitem a execução de ações que contribuem para o aumento da longevidade e do índice educacional, mesmo em regiões economicamente pobres.

Este estudo apresenta como limitação a data-base dos dados, pois o número de contadores foi com base em 31/12/2016 e os valores dos itens do PIB também foram de 2016, porém os elementos do IDH são referentes ao ano de 2010, que é o ano do último censo realizado pelo IBGE. Como sugestão para futuras pesquisas as variáveis utilizadas podem ser aplicadas em nível de município, avaliando assim a eficiência dos serviços contábeis nos municípios.

REFERÊNCIAS

AHADIAT, N.; MARTIN, R. M. Necessary attributes, preparations, and skills for the selection and promotion of accounting professionals. **Journal of Accounting & Finance**, v. 16, n.1, p. 2158-3625, 2016.

ANNISETTE, M.; O'REGAN, P. Joined for the common purpose. The establishment of the institute of chartered accountants in Ireland as an all-Ireland institution. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 4, n. 1, p. 4-25, 2007.

ARNOLD, P. J. The political economy of financial harmonization: The east Asian financial crisis and the rise of international accounting standards. **Accounting, Organizations and Society**, v. 37, n. 6, p. 361-381, 2012.

ASONITOU, S. **The evolution of accounting education and the development of skills**. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/319464485_The_Evolution_of_Accounting_Education_And_the_Development_of_Skills. Acesso em 17 jul 2018.

BARROS, G. S. C.; CASTRO, N. R. Produto interno bruto do agronegócio e a crise brasileira. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 15, n. 2, p. 156-162, 2017.

BARTH, M. E. et al. Are IFRS-based and US GAAP-based accounting amounts comparable? **Journal of Accounting and Economics**, v. 54, n. 1, p. 68-93, 2012.

BOYER, R. **Assessing the impact of fair value upon financial crises. Socio-economic review**, v. 5, n. 4, p. 779-807, 2007.

BRAUNERS, W. K. M. Multi-objective seaport planning by MOORA decision making. **Annals of Operations Research**, n. 206, p. 39-58, 2013.

BRAUNERS, W. K. M.; ZAVADSKAS, E. K. The MOORA method and its application to privatization in a transition economy. **Control and Cybernetics**, v. 35, n. 2, p. 445-469, 2006.

CARNEGIE, G. D.; NAPIER, C. J. Traditional accountants and business professionals: portraying the accounting profession after Enron. **Accounting, Organizations and Society**, v. 35, n. 3, p. 360-376, 2010.

CASSANO, F. A. et al. Política externa brasileira nos governos FHC, Lula e Dilma: efeitos na balança comercial e no produto interno bruto. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 6, n. 1, p. 61-89, 2017.

COELHO, C. U. F.; LINS, L. S. **Teoria da contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

COMAN, F. et al. The role of accounting in the evolution of the Romanian Economy. **Annals of Spiru Haret University**, p. 57, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Dados estatísticos**. Disponível em <<https://cfc.org.br/registro/quantos-somos-2/>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

ÇURUK, T.; COOKE, T. E. The impact of international harmonization efforts on accounting disclosure regulation in Turkey. **Research in Accounting Regulation**, v. 18, p. 287-289, 2005.

DECANCQ, K. et. Al. Setting weights in multidimensional indices of well-being. In: Oxford Poverty & Human Development Initiative OPHI Working Paper 18, 2008.

DESPOTIS, D. K. A reassessment of the human development index via data envelopment analysis. **Journal of the operational research society**, v. 56, n. 8, p. 969-980, 2005.

DORAN, D. T.; BROWN, C. A. The future of the accounting profession. **Journal of State Taxation**, 2001.

DUARTE, C. M. R. *et al.* Regionalização e desenvolvimento humano: uma proposta de tipologia de Regiões de Saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, p. 1163-1174, 2015.

EDWARDS, J. R.; WALKER, S. P. Occupational differentiation and exclusion in early Canadian accountancy. **Accounting and Business Research**, v. 38, n. 5, p. 373-391, 2008.

FARIA, A. C.; QUEIROZ, M. R. B. Demanda de profissionais habilitados em contabilidade internacional no Mercado de trabalho da cidade de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, v.5, n. 1, p. 55-71, 2009.

GILIO, L. *et al.* O Agronegócio em Minas Gerais: Evolução do Produto Interno Bruto entre 2004 e 2015. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 14, n. 1, 2, 3, 2016.

HENDERSON, J. V.; STOREYGARD, A.; WEIL, D. N. Measuring economic growth from outer space. **American economic review**, v. 102, n. 2, p. 994-1028, 2012.

HOLTZMANN, Y. The transformation of the accounting profession in the United States: from information processing to strategic business advising. **Journal of Management Development**, v. 23, n. 10, p. 949-961, 2004.

IBADIN, L. A.; OYAKHIROMHE, A. B. The development of accounting in Nigeria (with special emphasis on the key role players in education, training and practice. **Knowledge Review**. V 20, n 1, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais 2016: entre as 27 unidades da federação, somente Roraima teve crescimento do PIB**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23038-contas-regionais-2016-entre-as-27-unidades-da-federacao-somente-roraima-teve-crescimento-do-pib>>. Acesso em 21 dez. 2018.

_____. **Conheça cidades e estados do Brasil**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **Nexus 2: The accountancy profession – a global value-add**. IFAC, 2015. Disponível em <<https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Nexus-2-The-Accountancy-Profession-A-Global-Value-Add-IFAC.pdf>>. Acesso em 26 jul 2018.

KONCHITCHKI, Y.; PATATOUKAS, P. N. Accounting earnings and gross domestic product. **Journal of Accounting and Economics**, v. 57, n.1, p. 76-88, 2014.

MARINHO, E.; SOARES, F.; BENEGAS, M.. Desigualdade de renda e eficiência técnica na geração de bem-estar entre os estados brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, v. 58, n. 4, p. 583-608, 2004.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C.r A. T. Contabilidade e seu ambiente no Brasil. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 2, n. 1, 2005.

OLIVEIRA, M. S.; RECH, I. J.; CUNHA, M. F. Relação Entre a Distribuição de Riqueza Apresentada na DVA e o IDH-M dos Municípios Sede de Empresas Abertas. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE; 15. 2015. **Anais...** São Paulo, 2015. p. 31.

OLIVEIRA, R. M. Profissão contábil e o seu mercado de trabalho no âmbito brasileiro: uma análise da literatura. In: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE-ADCONT; 7. 2016. **Anais...** 2016.

OLIVEIRA, R. R.; SILVA, A. M. C.; MORAES, M. C. C. Transparência do orçamento governamental dos países: um estudo acerca da associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. **Pensar Contábil**, v. 10, n. 42, 2008.

REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J.. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, v. 1, n. 1, p. 24-40, 2005.

RODRIGUES, L. L.; SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. The origins of modern accounting in Brazil: influences leading to the adoption of IFRS. **Research in Accounting Regulation**, v.24, n.1, p. 15-24, 2012.

ROSSI, P.; DWECK, E.. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, p. e00194316, 2016.

SANTOS, E. A.; ESPEJO, M. M. S B.; SIRIWARDANE, H. P.; LOW, K.-Y.; BLIETZ, D. Making entry-level accountants better communicators: A Singapore-based study of communication tasks, skills, and attributes. **Journal of Accounting Education**, v. 33, n. 4, p. 332-347, 2015.

SOARES NETO, J. J.; MACHADO, M. H.; ALVES, C. B. O Programa Mais Médicos, a infraestrutura das unidades básicas de saúde e o índice de desenvolvimento humano municipal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 2709-2718, 2016.

TAN, L. M.; LASWAD, F. Professional skills required of accountants: what do job advertisements tell us?. **Accounting Education**, p. 1-30, 2018.

WEST, B. P. **Professionalism and accounting rules**. London: Routledge, 2003.

YEE, H. Analyzing the state-accounting profession dynamic: some insights from the professionalization experience in China. **Accounting, Organizations and Society**, v. 37, n. 6, p. 426-444, 2012.

Artigo recebido em: 15/02/2020

Artigo aprovado em: 04/08/2020

Artigo publicado em: 13/08/2020